

Governo de Pernambuco
Secretaria de Administração – SAD
Escola de Governo da Administração Pública de Pernambuco - EGAPE
Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco - IAUPE

CURSO DE FORMAÇÃO – EGAPE

Especialidade: PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

MÓDULO I

PRIMEIRA PROVA OBJETIVA – 26/05/2026

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Não deixe de preencher as informações a seguir.

Nome																				
Nº CPF					Nº do Doc. de Identificação										Órgão Expedidor			UF		

ATENÇÃO

1. Leia todas as instruções antes de iniciar a prova.
2. Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o seu Número de Inscrição, o Número do Documento de Identificação, o Órgão Expedidor e a Unidade da Federação. Verifique se este caderno contém 20 (vinte) questões. Se o caderno estiver incompleto, com alguma falha na composição da prova ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe imediatamente ao Fiscal.
3. Para registrar as alternativas escolhidas nas questões da Prova, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição neles impresso coincide com o seu Número de Inscrição. As bolhas do Cartão-Resposta referentes às questões de múltipla escolha devem ser preenchidas totalmente com caneta esferográfica azul ou preta. Respostas preenchidas a lápis não serão consideradas na correção. Marque apenas uma alternativa para cada questão. A questão que for marcada com mais de uma resposta ou rasurada será anulada. Sugere-se só marcar ao final.
4. O início da prova será às **09h (nove horas)** com duração de **02 (duas) horas**, logo se encerrará às **11h (onze horas)**. O tempo mínimo de permanência em sala é de **30 (trinta) minutos após o seu início**.
5. O IAUPE não se responsabilizará por objetos ou valores portados, esquecidos, danificados ou extraviados nas dependências dos locais de aplicação das provas.
6. A prova é **(Individual)**. A consulta ou comunicação a terceiros ensejará a atribuição de grau 0 **(ZERO)** ao(s) aluno(s). Caso isto ocorra o(s) aluno(s) deverá(ão) acatar a ordem do(s) aplicador(es) da prova, sair da sala sem atrapalhar aos colegas, devendo procurar o seu coordenador/gestor responsável para manifestar qualquer insatisfação a ser dissipada, em sendo o caso.
7. Todos os aparelhos eletrônicos deverão estar desligados, assim como todo o material que não possa ser utilizado deverá estar acondicionado próximo a mesa do professor, na frente da sala.
8. O gabarito será fornecido pela coordenação do curso em momento oportuno, assim como as notas e provas.
Valor Total da Avaliação: 10,0 (dez) - Cada questão valerá 0,50 (meio) ponto.

1. Um município do sertão pernambucano recebeu recursos federais destinados à construção de uma unidade de pronto atendimento (UPA). Durante fiscalização do tribunal de contas, verificou-se que a prefeitura divulgava apenas informações genéricas sobre os gastos públicos em seu portal da transparência, omitindo dados detalhados sobre contratos, aditivos e empresas contratadas. Considerando os princípios da governança pública e o pilar da transparência previsto na administração pública contemporânea, assinale a alternativa correta:

- (a) A transparência no setor público restringe-se à publicação anual do balanço orçamentário municipal.
- (b) A divulgação parcial das informações atende ao princípio da eficiência administrativa, evitando excesso de burocracia.
- (c) A transparência pública exige acesso amplo, claro e tempestivo às informações relativas à utilização dos recursos públicos, fortalecendo o controle social e a accountability.
- (d) A transparência é facultativa em municípios de pequeno porte devido às limitações técnicas e orçamentárias.
- (e) O princípio da transparência aplica-se exclusivamente à administração pública federal.

2. Em um estado do Nordeste brasileiro, uma empresa estatal responsável pelo abastecimento de água passou a sofrer críticas devido à ausência de divulgação de indicadores de perdas na distribuição, custos operacionais e critérios para reajustes tarifários. Estudos técnicos e acadêmicos sobre governança no setor público apontam que a assimetria informacional compromete a legitimidade institucional e reduz a confiança da população nas organizações públicas. À luz dos pilares da governança pública, assinale a alternativa correta:

- (a) Empresas estatais não estão sujeitas aos princípios da governança corporativa por integrarem a administração indireta.
- (b) A transparência no setor público limita-se ao cumprimento das exigências mínimas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (c) A ausência de informações claras compromete a accountability, dificulta o controle social e amplia riscos de ineficiência e corrupção.
- (d) Indicadores operacionais são informações estratégicas que não devem ser divulgadas à sociedade.
- (e) A governança pública prioriza exclusivamente o equilíbrio financeiro das instituições estatais.

3. Uma prefeitura da Região Metropolitana do Recife implantou um sistema digital de acompanhamento de licitações e contratos públicos, permitindo que cidadãos acompanhassem em tempo real os gastos municipais com educação e infraestrutura. A iniciativa foi reconhecida por órgãos de controle como uma prática alinhada aos princípios modernos da governança pública. Com base nas aulas e no material disponibilizado sobre transparência governamental e gestão pública contemporânea, assinale a alternativa correta:

- (a) A transparência pública reduz a autonomia administrativa e dificulta a tomada de decisões pelos gestores.
- (b) O acesso ampliado às informações públicas fortalece a participação cidadã, melhora o controle social e aumenta a legitimidade das ações governamentais.
- (c) A divulgação de informações orçamentárias deve ocorrer apenas mediante solicitação formal do cidadão.
- (d) A transparência possui relevância secundária na governança pública, sendo mais importante no setor privado.
- (e) A governança pública está relacionada apenas ao cumprimento de metas fiscais e tributárias.

4. Uma prefeitura do interior da Bahia passou a implementar um programa de compliance público após recomendações do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado. Entre as medidas adotadas estavam a criação de código de ética, treinamento obrigatório para servidores, canais de denúncia e revisão dos processos licitatórios. Apesar disso, alguns gestores afirmavam que tais mecanismos aumentavam excessivamente a burocracia administrativa. À luz da governança pública e dos princípios constitucionais da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- (a) O compliance no setor público possui função exclusivamente punitiva, voltada apenas à responsabilização criminal dos agentes públicos.
- (b) A adoção de mecanismos de compliance fortalece a conformidade institucional, reduz riscos de desvios éticos e amplia a eficiência administrativa e a legitimidade pública.
- (c) Programas de compliance devem ser aplicados apenas em órgãos federais e empresas estatais de grande porte.
- (d) A existência de canais de denúncia compromete a hierarquia administrativa e reduz a autonomia dos gestores públicos.
- (e) O princípio da legalidade possui aplicação limitada em situações de emergência administrativa.

5. Em um estado do Nordeste brasileiro, investigações apontaram fraudes recorrentes em contratos de merenda escolar envolvendo empresas fornecedoras e agentes públicos. Estudos sobre corrupção na administração pública demonstraram que a baixa transparência, a fragilidade dos mecanismos de controle interno e a concentração de decisões em poucos agentes aumentavam significativamente os riscos de desvios de recursos públicos. Considerando os pilares da governança pública e os mecanismos de combate à corrupção, assinale a alternativa correta:

- (a) A corrupção está associada exclusivamente a fatores individuais relacionados ao comportamento moral dos agentes públicos.
- (b) O fortalecimento dos mecanismos de controle interno, da transparência e da accountability contribui para reduzir oportunidades de corrupção e melhorar a qualidade das políticas públicas.
- (c) O excesso de fiscalização compromete a eficiência administrativa e aumenta inevitavelmente os custos da gestão pública.
- (d) O combate à corrupção depende prioritariamente da ampliação de punições penais, sendo secundários os mecanismos preventivos de governança.
- (e) A governança pública possui foco predominantemente financeiro, sem relação com políticas de integridade institucional.

6. Uma companhia estadual de saneamento no Nordeste passou a adotar práticas de integridade e compliance após sucessivas denúncias de favorecimento político em contratações públicas. Entre as medidas implementadas estavam auditorias independentes, segregação de funções, gestão de riscos e maior publicidade dos contratos administrativos. A iniciativa buscava alinhar a atuação da estatal aos princípios fundamentais da Administração Pública e às boas práticas de governança. Com base na literatura sobre compliance público e prevenção à corrupção, assinale a alternativa correta:

- (a) A segregação de funções reduz a eficiência operacional, pois aumenta o número de etapas burocráticas nos processos administrativos.
- (b) Auditorias independentes possuem relevância apenas contábil, sem impacto sobre a governança pública.
- (c) A gestão de riscos e os mecanismos de integridade atuam preventivamente, reduzindo vulnerabilidades institucionais associadas à fraude e corrupção.
- (d) A publicidade dos contratos administrativos deve ocorrer apenas quando houver solicitação formal dos órgãos de controle externo.
- (e) O princípio da moralidade administrativa possui caráter subjetivo e não produz efeitos concretos sobre a gestão pública.

7. Um município da Região Metropolitana do Recife passou a enfrentar questionamentos de organizações da sociedade civil após negar acesso a informações sobre contratos emergenciais firmados durante o período de enchentes. A prefeitura alegava que a divulgação integral dos documentos comprometeria a “segurança administrativa” e dificultaria futuras negociações com fornecedores. Considerando os princípios da transparência pública, a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e a Lei Estadual nº 14.804/2012 de Pernambuco, assinale a alternativa correta:

- (a) A administração pública possui discricionariedade absoluta para definir quais informações podem ser divulgadas à sociedade.
- (b) Informações relativas a contratos públicos podem ser omitidas sempre que houver interesse estratégico da administração municipal.
- (c) A transparência ativa obriga o poder público a divulgar informações de interesse coletivo independentemente de solicitação formal do cidadão, salvo hipóteses legais de sigilo.
- (d) A Lei de Acesso à Informação aplica-se exclusivamente à administração pública federal direta.
- (e) O princípio da publicidade possui caráter secundário diante da autonomia administrativa dos gestores públicos.

8. O governo de um estado nordestino implementou uma política de dados abertos para disponibilizar informações sobre despesas públicas, indicadores educacionais, contratos administrativos e execução orçamentária em formato acessível à população. Universidades, jornalistas e organizações sociais passaram a utilizar os dados para monitorar políticas públicas e identificar possíveis irregularidades. À luz da governança pública, do compliance e das práticas de transparência ativa, assinale a alternativa correta:

- (a) A disponibilização de dados governamentais em formato aberto reduz a eficiência administrativa por ampliar excessivamente o controle social.
- (b) Dados abertos possuem finalidade meramente acadêmica, sem impacto efetivo sobre a qualidade da gestão pública.
- (c) A política de dados abertos fortalece a accountability, amplia a participação cidadã e contribui para prevenção de práticas de corrupção e desperdício de recursos públicos.
- (d) A publicidade de dados governamentais elimina automaticamente a necessidade de órgãos de controle interno e externo.
- (e) O acesso a dados públicos deve ocorrer apenas mediante autorização prévia da autoridade administrativa competente.

9. Uma empresa pública de transporte urbano do Agreste pernambucano realizou um diagnóstico interno e identificou que mulheres negras ocupavam menos de 5% dos cargos de liderança, apesar de representarem parcela significativa do quadro funcional. Após pressão de movimentos sociais e recomendações de órgãos de controle, a instituição passou a implementar políticas de diversidade e inclusão baseadas no conceito de interseccionalidade. Considerando os estudos contemporâneos sobre governança, equidade e gestão pública inclusiva, assinale a alternativa correta:

- (a) O conceito de interseccionalidade analisa desigualdades sociais de forma isolada, priorizando apenas fatores econômicos.
- (b) Políticas de diversidade devem focar exclusivamente em critérios meritocráticos, desconsiderando fatores históricos de exclusão social.
- (c) A interseccionalidade reconhece que marcadores sociais como raça, gênero e classe produzem formas combinadas de desigualdade e exclusão institucional.
- (d) A promoção da equidade nas organizações públicas compromete a eficiência administrativa ao priorizar critérios sociais.
- (e) A diversidade organizacional possui relevância restrita ao setor privado e não integra os princípios da governança pública.

10. Em Pernambuco, uma prefeitura da Região Metropolitana do Recife criou um programa de inclusão digital voltado para pessoas idosas e pessoas com deficiência (PcD), buscando ampliar o acesso aos serviços públicos eletrônicos e fortalecer a participação cidadã. Durante a implementação, pesquisadores observaram que parte significativa das plataformas digitais municipais não possuía acessibilidade adequada, dificultando o acesso de usuários com deficiência visual e limitações motoras. À luz dos princípios da equidade e da inclusão na administração pública contemporânea, assinale a alternativa correta:

- (a) A acessibilidade digital representa medida facultativa, dependente exclusivamente da capacidade financeira do ente público.
- (b) Políticas públicas inclusivas devem considerar barreiras estruturais e tecnológicas que limitam o acesso de grupos historicamente vulnerabilizados.
- (c) A inclusão digital de idosos e PcD possui impacto apenas social, sem relação com governança pública e cidadania.
- (d) A promoção da acessibilidade reduz a eficiência administrativa devido ao aumento dos custos operacionais.
- (e) A equidade pressupõe tratamento idêntico para todos os cidadãos, independentemente das diferenças e vulnerabilidades existentes.

11. Uma autarquia estadual do Nordeste passou a adotar políticas internas de diversidade voltadas à inclusão da população LGBT+, à redução de desigualdades de gênero e à valorização da diversidade geracional no ambiente de trabalho. Entretanto, parte dos gestores resistia às mudanças, argumentando que tais medidas não possuíam relação com desempenho institucional e governança organizacional. Com base na literatura sobre diversidade organizacional, governança pública e gestão contemporânea, assinale a alternativa correta:

- (a) A diversidade organizacional possui caráter exclusivamente simbólico, sem impacto sobre inovação e qualidade da gestão pública.
- (b) Políticas de inclusão LGBT+, equidade de gênero e diversidade geracional contribuem para ambientes institucionais mais democráticos, inovadores e alinhados aos princípios da governança contemporânea.
- (c) A gestão pública deve priorizar exclusivamente indicadores financeiros, evitando debates relacionados à diversidade e inclusão.
- (d) A promoção da diversidade geracional aumenta conflitos institucionais e reduz a produtividade organizacional.
- (e) O princípio da impessoalidade impede a implementação de políticas institucionais voltadas à promoção da diversidade.

12. Uma prefeitura do agreste pernambucano realizou audiências públicas para discutir a elaboração do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Apesar da ampla divulgação institucional, pesquisadores identificaram baixa participação popular, especialmente de moradores da zona rural e de comunidades periféricas. Estudos sobre governança participativa demonstraram que a ausência de mecanismos inclusivos limitava a efetividade do processo deliberativo. Considerando os princípios da participação popular e da governança pública democrática, assinale a alternativa correta:

- (a) As audiências públicas possuem caráter exclusivamente formal, sem impacto efetivo sobre a formulação das políticas públicas.
- (b) A participação popular deve ocorrer apenas em temas relacionados ao orçamento público, não abrangendo outras políticas governamentais.
- (c) A efetividade dos mecanismos participativos depende da ampliação do acesso, da inclusão social e da capacidade institucional de incorporar as demandas da sociedade às decisões públicas.
- (d) A baixa participação popular demonstra excesso de transparência governamental, comprometendo a eficiência administrativa.
- (e) A consulta pública substitui integralmente a necessidade de representação política institucional.

13. Um governo estadual do Nordeste implantou uma plataforma digital para consultas públicas sobre mobilidade urbana e políticas ambientais. Entretanto, durante auditoria realizada por órgãos de controle, verificou-se que dados pessoais dos participantes estavam sendo armazenados sem critérios adequados de proteção, incluindo CPF, endereço eletrônico e localização geográfica dos usuários. À luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e da segurança da informação no setor público, assinale a alternativa correta:

- (a) Dados pessoais coletados pelo poder público podem ser utilizados livremente, independentemente de finalidade específica ou base legal.
- (b) A LGPD aplica-se apenas às empresas privadas, não abrangendo plataformas digitais da administração pública.
- (c) A administração pública deve garantir medidas técnicas e administrativas de segurança para proteger dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas.
- (d) O princípio da publicidade administrativa elimina a necessidade de proteção de dados pessoais em consultas públicas digitais.
- (e) A proteção de dados pessoais representa obstáculo à transparência pública e à participação social.

14. Em Recife, uma secretaria municipal passou a promover seminários participativos e fóruns digitais voltados à elaboração de políticas públicas para juventude, diversidade e inclusão social. Contudo, especialistas observaram que as contribuições da população raramente eram incorporadas às decisões finais da gestão pública, gerando descrédito em relação aos mecanismos de participação social. Com base na literatura sobre governança participativa, accountability democrática e gestão pública contemporânea, assinale a alternativa correta:

- (a) Ferramentas participativas possuem função meramente consultiva, não necessitando produzir efeitos concretos sobre a formulação das políticas públicas.
- (b) A legitimidade da participação popular depende não apenas da escuta social, mas também da transparência sobre como as contribuições influenciam as decisões governamentais.
- (c) Seminários e audiências públicas substituem os mecanismos tradicionais de controle institucional realizados pelos tribunais de contas.
- (d) A governança pública contemporânea prioriza eficiência fiscal em detrimento dos mecanismos de deliberação social.
- (e) O excesso de participação popular aumenta inevitavelmente os riscos de ineficiência administrativa e captura política.

15. Segundo a Lei Complementar nº 388/2018, qual é o principal objetivo das Regiões de Desenvolvimento (RDs) em Pernambuco?

- (a) Ampliar a arrecadação tributária estadual.
- (b) Dividir o estado em regiões eleitorais.
- (c) Facilitar o planejamento e a execução de políticas públicas integradas.
- (d) Criar novos municípios metropolitanos.
- (e) Substituir as prefeituras municipais.

16. A principal atividade econômica historicamente associada à Mata Sul pernambucana é:

- (a) Mineração de ferro.
- (b) Produção automobilística.
- (c) Agroindústria canavieira.
- (d) Extração de petróleo.
- (e) Indústria têxtil.

17. Qual atividade econômica é considerada símbolo da modernização tecnológica da Região Metropolitana do Recife?

- (a) Produção canavieira. (b) Mineração. (c) Pecuária leiteira. (d) Porto Digital. (e) Agricultura irrigada.

18. Dados do Atlas da Violência 2023 (IPEA/FBSP) revelam que mulheres negras representam 61,1% das vítimas de feminicídio no Brasil, taxa que é 2,2 vezes maior do que a de mulheres não negras. No estado de Pernambuco, pesquisa da SDS/PE aponta que mulheres negras da Zona da Mata e do Sertão enfrentam simultaneamente menor renda, menor acesso a serviços de saúde e maior exposição à violência doméstica, em comparação com mulheres brancas das mesmas regiões e com homens negros dos mesmos territórios.

Considerando o conceito de interseccionalidade e o papel do Gestor Governamental de Planejamento, Orçamento e Gestão da SEPLAG, assinale a alternativa que descreve corretamente a implicação desse dado para a formulação de políticas públicas estaduais:

- (a) A desigualdade enfrentada por mulheres negras em Pernambuco pode ser adequadamente compreendida pela soma das análises de raça e de gênero realizadas separadamente, pois cada marcador social produz seus efeitos de forma independente e cumulativa.
- (b) A perspectiva interseccional indica que raça, gênero e território se cruzam produzindo experiências específicas de opressão que não são explicadas por nenhum desses marcadores isoladamente, exigindo que o PPA e o orçamento estadual contenham metas e ações desagregadas que reconheçam esse cruzamento.
- (c) O planejamento e o orçamento público são instrumentos técnicos neutros, cujo objetivo é a alocação eficiente de recursos, não cabendo ao Gestor Governamental incorporar categorias sociológicas como raça ou gênero em processos de natureza administrativa.
- (d) A elevada proporção de mulheres negras entre vítimas de feminicídio justifica ações específicas no âmbito da segurança pública, mas não interfere nas atribuições do Gestor de Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja função se restringe à dimensão fiscal e orçamentária do Estado.
- (e) A interseccionalidade é um conceito acadêmico sem aplicação prática no setor público, pois os instrumentos de planejamento — como o PPA, a LDO e a LOA — não comportam a desagregação de metas por marcadores sociais combinados, dado o nível de agregação exigido por esses instrumentos.

19. O Censo IBGE 2022 identificou que 18,6 milhões de brasileiros possuem alguma deficiência (8,9% da população), dos quais 66,3% estão fora do mercado de trabalho formal. Em Pernambuco, o Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau (2023) apurou que apenas 32% dos equipamentos públicos estaduais atendem plenamente aos requisitos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI – Lei nº 13.146/2015) quanto à acessibilidade física e comunicacional. Paralelamente, dados da SEGEP/PE indicam que o Estado de Pernambuco não atingiu a cota mínima de 5% de pessoas com deficiência no quadro de servidores efetivos.

Com base nos dados acima e nos marcos legais que regem a inclusão de pessoas com deficiência no serviço público, assinale a alternativa correta sobre as obrigações e competências do Gestor Governamental da SEPLAG nesse contexto:

- (a) O não cumprimento da cota de 5% para PcD no serviço público estadual é uma irregularidade administrativa que pode ser sanada exclusivamente por meio de novas nomeações em concursos públicos, não cabendo ao Gestor de Planejamento qualquer intervenção no processo.
- (b) A LBI – Lei nº 13.146/2015 estabelece que a acessibilidade nos equipamentos públicos é obrigação das secretarias de obras e infraestrutura, não interferindo nas competências de planejamento orçamentário da SEPLAG.
- (c) O Gestor Governamental de Planejamento, Orçamento e Gestão pode contribuir para a inclusão de PcD ao propor, no PPA e na LOA, ações orçamentárias específicas para adequação de equipamentos públicos à acessibilidade e ao monitoramento do cumprimento da reserva legal de vagas, integrando a perspectiva de inclusão ao ciclo de planejamento estadual.
- (d) A reserva de vagas de 5% para pessoas com deficiência no serviço público é uma meta programática do PPA, de cumprimento facultativo, condicionada à disponibilidade orçamentária de cada exercício fiscal.
- (e) O modelo social da deficiência, adotado pela LBI, compreende a deficiência como resultado exclusivo de limitações funcionais do indivíduo, cabendo ao Estado financiar tratamentos de saúde, mas não adaptações nos ambientes de trabalho e de atendimento ao público.

20. A PNAD Contínua 2023 (IBGE) revelou que, em Pernambuco, a renda média dos trabalhadores negros e pardos equivale a 57,3% da renda média dos trabalhadores brancos. Mulheres negras recebem, em média, 43,2% do salário de homens brancos com a mesma escolaridade. Além disso, o Mapa da Desigualdade PE 2022 (CEPE) apontou que municípios com maior concentração de população negra e quilombola estão sistematicamente sub-representados nas transferências voluntárias do orçamento estadual para investimentos em infraestrutura e saneamento básico.

Lélia Gonzalez (1988) demonstrou que o racismo brasileiro opera por denegação: a sociedade e as instituições negam a existência do racismo ao mesmo tempo em que o praticam, naturalizando desigualdades históricas como se fossem resultado de mérito ou acaso. Carlos Hasenbalg (1979) complementou essa análise ao demonstrar empiricamente que as desigualdades raciais são reproduzidas pela estrutura social e pelas instituições, incluindo as de planejamento e orçamento, independentemente da intenção discriminatória de atores individuais. Considerando esses fundamentos e os dados apresentados, assinale a alternativa que melhor expressa a responsabilidade do Gestor Governamental de Planejamento, Orçamento e Gestão da SEPLAG:

- (a) A concentração de pobreza em municípios de maioria negra e quilombola reflete desigualdades históricas que antecedem o atual modelo de gestão pública estadual e não podem ser enfrentadas por instrumentos de planejamento e orçamento, mas apenas por políticas de educação de longo prazo.
- (b) O Gestor de Planejamento deve adotar indicadores desagregados por raça/cor e território no monitoramento do PPA, propor ações orçamentárias com recorte racial explícito e incluir critérios de equidade na distribuição de transferências voluntárias, reconhecendo que a neutralidade aparente dos critérios técnicos pode reproduzir desigualdades estruturais preexistentes.
- (c) O racismo estrutural é um fenômeno social de responsabilidade dos órgãos de segurança pública e assistência social, não afetando as atribuições do Gestor de Planejamento, Orçamento e Gestão, cujo trabalho é de natureza estritamente técnica e fiscal.
- (d) A desigualdade de renda entre trabalhadores negros e brancos em Pernambuco deve ser enfrentada exclusivamente por meio de programas de qualificação profissional e não por mecanismos de redistribuição orçamentária, pois intervenções no mercado de trabalho são de competência federal.
- (e) A PNAD Contínua é uma fonte de dados adequada para subsidiar a formulação de políticas nacionais, mas não pode ser utilizada em processos de planejamento estadual por ser uma pesquisa amostral, sendo necessário aguardar os dados censitários completos para qualquer decisão orçamentária com recorte racial.